

TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2026

(FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO I DA LEI 14.133/2021)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí-PI, por meio do Setor de Licitações da entidade, realizará Dispensa eletrônica, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Início para cadastro de proposta será no dia 02/06/2026 até o dia 08/06/2026, a disputa dos lances iniciará as 08:00 através do site eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a

1.2. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO, NA LOCALIDADE MORRO REDONDO, NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO PIAUÍ (PI), 090366/2026**, conforme condições,

quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.3. A contratação ocorrerá em item/lote único, conforme tabela anexa.

1.3.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.4. **O critério de julgamento adotado será o menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto as especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. Os fornecedores deverão enviar propostas para o site <https://licitanet.com.br/> até as 07:59 do dia 08/06/2026.

2.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no envio de suas propostas, não cabendo ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes



expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa desta dispensa de licitação se dará com o envio de sua proposta através do site <https://licitanet.com.br/>



3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do site <https://licitanet.com.br/>, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos.

3.6. recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem

3.9. como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.10. Uma vez enviada a proposta, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

4. HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

4.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor

4.3. detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a



consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>)
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

4.3.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

4.3.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que

4.3.3. prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2 2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciara para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimentos similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a sua desclassificação 6.2.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

4.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

4.4.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respetiva documentação atualizada.

4.4.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

4.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessária confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

4.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação integridade do documento digital.



4.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

4.8. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

4.8.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a habilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

4.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

4.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

4.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

4.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

5. CONTRATAÇÃO

5.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela compra, será emitida a Nota de Empenho e o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota de empenho para aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

5.1.1. O prazo previsto para aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

5.2. O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

5.2.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

5.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de



Contratação Direta e seus anexos;

5.2.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

5.3. O local e prazo de entrega dos itens estão descritos no anexo II.

5.4. Na assinatura do empenho será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a entrega do item.

6. SANÇÕES

6.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

6.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

6.1.2. dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

6.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

6.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

6.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

6.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

6.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

6.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

6.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s)



pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

6.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

6.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização — PAR.

6.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo a Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

6.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.



- 6.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 6.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 7.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 7.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
 - 7.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
 - 7.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
 - 7.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 7.2. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
- 7.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 7.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 7.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 7.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 7.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.



7.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

7.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

7.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

7.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

7.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

7.12.1. ANEXO I — Documentação exigida para Habilitação;

7.12.2. ANEXO II – Termo de Referência;

Lagoa do Piauí PI, 29 de maio de 2026.

Camila Barbosa Sousa Oliveira
Prefeita Municipal



ANEXO I

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada a verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- 2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral, da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos a Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho,



mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.1. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

3.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

4.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

4.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

4.1.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.1.4. Apresentação do Registro/Certidão de inscrição da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da região da sede da empresa.

4.1.5. Será exigida, no mínimo, a seguinte composição e qualificação, de preferência com a apresentação da ficha curricular e cronograma de permanência da equipe técnica.



4.1.6. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de apresentação da proposta, **01 (um) engenheiro civil** habilitado e devidamente registrado no CREA como responsável técnico da empresa, detentor de Certidão de Acervo Técnico pela execução de serviços de características de porte e complexidade ao objeto desta licitação e experiência na execução de serviços do objeto do edital em epigrafe conforme quantitativos iguais ou superiores.

4.1.7. Todos os membros da equipe técnica deverão comprovar o vínculo com a empresa: Empregado cópia ficha de registro de empregado ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS anotada, Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente, Responsável Técnico: Além da cópia da Certidão expedida pelo CREA da sede ou filial da licitante onde consta o registro do profissional como responsável técnico.

4.1.8. A Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa e de seus responsáveis técnicos, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando ter a empresa executado serviço de porte e complexidade ao objeto desta licitação com quantitativos iguais ou superiores.



ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 009/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2026

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no art. 72, da Lei nº 14.133/2021. A contratação direta está prevista no art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021.

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por finalidade definir as diretrizes técnicas para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA PARA RECUPERAÇÃO DE ESTRADA VICINAL EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO, NA LOCALIDADE MORRO REDONDO, NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO PIAUÍ (PI), 090366/2026**, celebrado entre o órgão concedente e a Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí/PI.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação decorre da necessidade de elaboração de projeto executivo de engenharia destinado à recuperação de estrada vicinal em revestimento primário na Localidade Morro Redondo, importante via de acesso utilizada pelos moradores da zona rural do Município.

A recuperação da estrada possui relevante interesse público, uma vez que proporcionará melhores condições de trafegabilidade, segurança viária, escoamento da produção agrícola, transporte escolar, deslocamento de pacientes para atendimento de saúde e integração das comunidades rurais.

Todavia, a execução da futura obra exige a prévia elaboração de projeto técnico adequado, contendo todos os elementos necessários para sua correta definição, quantificação e orçamento, conforme exigências da Lei nº 14.133/2021 e dos órgãos concedentes dos recursos públicos.

A ausência do projeto inviabiliza a adequada definição do objeto, a obtenção de recursos, a elaboração de orçamento confiável e a futura contratação da execução da obra.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada revela-se indispensável para garantir segurança técnica, economicidade, eficiência administrativa e observância aos princípios da legalidade, planejamento e interesse público.



3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa contratada deverá elaborar Projeto Executivo de Engenharia para Recuperação de Estrada Vicinal em Revestimento Primário, contemplando, no mínimo:

- I – Levantamento planialtimétrico cadastral georreferenciado;
- II – Levantamento de campo;
- III – Estudos preliminares da área de intervenção;
- IV – Projeto geométrico;
- V – Projeto de terraplenagem;
- VI – Projeto de revestimento primário;
- VII – Projeto de drenagem superficial;
- VIII – Projeto de obras de arte correntes, quando necessárias;
- IX – Projeto de sinalização viária;
- X – Memorial descritivo;
- XI – Relatório fotográfico;
- XII – Especificações técnicas;
- XIII – Planilha orçamentária completa;
- XIV – Composição de custos unitários;
- XV – Composição de BDI;
- XVI – Composição dos encargos sociais;
- XVII – Cronograma físico-financeiro;
- XVIII – Memória de cálculo dos quantitativos;
- XIX – ART ou RRT dos responsáveis técnicos;
- XX – Demais documentos eventualmente exigidos pelos órgãos financiadores e fiscalizadores.

A Contratante poderá, a qualquer tempo, introduzir modificações, correções ou ajustes nos documentos e especificações técnicas, sempre que houver necessidade de aprimoramento técnico ou adequação às exigências do convênio, mediante notificação formal à Contratada, com o devido ajuste contratual, quando cabível.

4. LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL

A contratada deverá realizar levantamento planialtimétrico cadastral georreferenciado em toda a extensão da estrada vicinal objeto da intervenção, bem como nas áreas complementares necessárias à perfeita caracterização do empreendimento. Os serviços deverão ser executados mediante utilização de equipamentos de precisão compatíveis com a natureza dos trabalhos, observando rigorosamente as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, os procedimentos estabelecidos pelos órgãos federais competentes e as boas práticas de engenharia aplicáveis à elaboração de projetos rodoviários.



O levantamento deverá fornecer base cartográfica confiável para o desenvolvimento dos projetos executivos, permitindo a adequada representação das condições existentes da via e de seu entorno. Para tanto, deverão ser identificados e cadastrados todos os elementos físicos relevantes à elaboração do projeto, incluindo o eixo da estrada, largura da plataforma existente, faixas de domínio, curvas horizontais e verticais, taludes, áreas sujeitas a processos erosivos, pontos críticos de drenagem, travessias, bueiros, passagens molhadas, dispositivos de drenagem existentes, corpos hídricos, cercas, acessos, edificações próximas, vegetação significativa, interferências diversas e demais elementos que possam influenciar na definição das soluções técnicas a serem adotadas.

Os dados obtidos em campo deverão ser processados e apresentados em plantas, perfis longitudinais, seções transversais e demais documentos gráficos necessários à perfeita compreensão das características geométricas da área de intervenção. As coordenadas deverão estar referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, utilizando o Datum SIRGAS 2000, permitindo compatibilidade com os sistemas oficiais de georreferenciamento adotados pelos órgãos públicos. Todos os produtos gerados deverão possuir precisão compatível com a finalidade do projeto e atender às exigências técnicas necessárias para subsidiar a elaboração dos projetos de terraplenagem, drenagem, revestimento primário, sinalização e demais disciplinas envolvidas no empreendimento.

5. LEVANTAMENTO DE CAMPO

O levantamento de campo consistirá na inspeção técnica e no cadastramento detalhado de toda a extensão da estrada vicinal objeto da intervenção, abrangendo as áreas diretamente afetadas pela futura execução dos serviços de recuperação em revestimento primário. Esta etapa tem por finalidade identificar as condições atuais da via, subsidiando a elaboração dos projetos e a definição das soluções de engenharia mais adequadas às características locais.

Durante os trabalhos de campo deverão ser levantadas e registradas todas as informações necessárias à perfeita caracterização da área de intervenção, incluindo as condições da plataforma existente, largura da pista, alinhamento da estrada, condições de trafegabilidade, presença de processos erosivos, pontos de acúmulo de águas pluviais, áreas de atoleiro, trechos críticos, dispositivos de drenagem existentes, bueiros, saídas d'água, acessos, travessias, cercas, edificações próximas, corpos hídricos, vegetação relevante, interferências diversas e demais elementos que possam influenciar na concepção do projeto.

Os levantamentos deverão ser complementados por registro fotográfico georreferenciado e demais informações técnicas necessárias para a adequada avaliação das condições atuais da estrada, permitindo a definição dos serviços de terraplenagem,



drenagem, revestimento primário e sinalização a serem contemplados no projeto executivo.

6. PROJETO DE SINALIZAÇÃO

O Projeto de Sinalização deverá ser elaborado em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, observando os Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito e demais normas técnicas aplicáveis. O objetivo é garantir condições adequadas de segurança viária aos usuários da estrada, contribuindo para a redução de riscos de acidentes e para a correta orientação dos condutores.

O projeto deverá contemplar a definição, localização e dimensionamento dos dispositivos de sinalização vertical e horizontal necessários ao empreendimento, levando em consideração as características geométricas da via, os pontos de risco identificados durante os levantamentos de campo, as condições de visibilidade, os acessos existentes, as travessias, as curvas horizontais e verticais, os dispositivos de drenagem e demais elementos relevantes para a segurança do tráfego.

As soluções propostas deverão ser compatíveis com a realidade da estrada vicinal e com as condições operacionais da região, sendo apresentadas por meio de plantas, detalhes executivos, memoriais e quantitativos necessários para futura execução dos serviços.

7. MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

O Memorial Descritivo deverá apresentar de forma detalhada todas as informações técnicas relacionadas ao empreendimento, contemplando a caracterização da área de intervenção, localização da estrada, extensão do trecho projetado, diagnóstico das condições existentes, justificativa da intervenção, objetivos do projeto, metodologia adotada para elaboração dos estudos e concepção das soluções de engenharia propostas.

As Especificações Técnicas deverão estabelecer os critérios, procedimentos, métodos executivos, materiais, equipamentos e controles tecnológicos que deverão ser observados durante a futura execução da obra, garantindo a adequada qualidade dos serviços. Deverão ser descritos, de forma clara e objetiva, os serviços de regularização da plataforma, terraplenagem, conformação da pista, revestimento primário, drenagem superficial, implantação de dispositivos complementares e sinalização viária, observando as normas técnicas vigentes, os manuais do DNIT e demais referências aplicáveis.

8. ORÇAMENTO - PLANILHAS, COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O orçamento do empreendimento deverá ser elaborado com base nos quantitativos apurados nos projetos executivos, utilizando preferencialmente as



composições de custos constantes nos sistemas oficiais de referência da Administração Pública, especialmente o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI e o Sistema de Custos Referenciais de Obras Rodoviárias – SICRO, observando-se as disposições da legislação vigente e as orientações dos órgãos de controle.

Quando inexistirem composições compatíveis com os serviços projetados, poderão ser elaboradas composições próprias, devidamente justificadas e acompanhadas das respectivas memórias de cálculo e pesquisas de mercado. O orçamento deverá contemplar planilha sintética, planilha analítica, composição de custos unitários, composição dos encargos sociais, composição do BDI – Benefícios e Despesas Indiretas, memória de cálculo dos quantitativos e demais documentos necessários à perfeita compreensão dos custos envolvidos.

O Cronograma Físico-Financeiro deverá demonstrar a sequência lógica de execução dos serviços previstos para a recuperação da estrada vicinal, indicando os percentuais de execução física e os respectivos desembolsos financeiros ao longo do período estimado para realização da obra. Todos os documentos deverão ser apresentados em formato digital editável e em PDF, devidamente assinados pelo responsável técnico e acompanhados da respectiva ART ou RRT.

9. MEMÓRIA DE CÁLCULO – QUANTITATIVOS DOS SERVIÇOS

A contratada deverá elaborar e apresentar a Memória de Cálculo completa do empreendimento, contendo todos os critérios técnicos, premissas, metodologias, parâmetros e procedimentos adotados para definição dos quantitativos dos serviços previstos no Projeto Executivo de Recuperação da Estrada Vicinal em Revestimento Primário. O documento deverá demonstrar de forma clara, objetiva e rastreável a origem dos quantitativos constantes na planilha orçamentária, permitindo a conferência e validação dos dados pela fiscalização e pelos órgãos de controle.

A memória de cálculo deverá contemplar, no mínimo, os levantamentos e dimensionamentos relacionados aos serviços de regularização da plataforma, terraplenagem, conformação de greide, revestimento primário, drenagem superficial, obras complementares, sinalização viária e demais intervenções previstas no projeto. Deverão ser apresentados os cálculos dos volumes de corte e aterro, distâncias médias de transporte, áreas de revestimento, dispositivos de drenagem, quantitativos de materiais, notas de serviço, seções transversais e demais elementos necessários à perfeita caracterização do empreendimento.

Além de subsidiar a elaboração do orçamento, a memória de cálculo deverá fornecer informações técnicas essenciais para o planejamento e futura execução da obra, permitindo a adequada definição dos métodos construtivos, equipamentos necessários, sequência executiva dos serviços e cronograma físico-financeiro. Todas as informações



deverão ser compatíveis com os levantamentos de campo, projetos, plantas, perfis e demais documentos técnicos integrantes do processo.

10. ANOTAÇÃO OU REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Todos os serviços técnicos desenvolvidos no âmbito da presente contratação deverão possuir a devida responsabilidade técnica formalizada mediante apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, emitida junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou do Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, emitido junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme a natureza das atividades executadas e a habilitação profissional do responsável técnico.

A contratada deverá apresentar as respectivas ARTs e/ou RRTs referentes aos levantamentos, estudos, projetos, memoriais, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, composições de custos, cronograma físico-financeiro, memória de cálculo e demais documentos produzidos durante a execução do objeto. Os registros deverão estar devidamente quitados e assinados pelos profissionais responsáveis, constituindo condição indispensável para o recebimento dos serviços pela Administração.

A emissão das respectivas ARTs ou RRTs não exime a contratada de suas responsabilidades técnicas, civis, administrativas e profissionais decorrentes da elaboração dos estudos e projetos, permanecendo integralmente responsável pela qualidade, consistência, exatidão e conformidade dos documentos produzidos com as normas técnicas vigentes, legislações aplicáveis e exigências dos órgãos financiadores e de controle.

11. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

11.1. Para Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais (empresariais), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição dos atuais administradores.

11.2. Para Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Balanço patrimonial do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;



- b) Certidão negativa de falência ou Recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante.

23.3 Para Regularidade Fiscal:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;
- b) Inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;
- c) Se o ramo de atividade da empresa for prestação de serviços, deverá apresentar prova de inscrição municipal (CIM, Alvará ou outro equivalente).
- d) Certificados de regularidade de situação perante o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Certidões de regularidade de situação para com as Fazendas: Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal do domicílio/sede da licitante.

11.3. Para Regularidade Fiscal Trabalhista:

- a) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

23.5. Para Qualificação Técnica:

- a) Apresentação do Registro/Certidão de inscrição da empresa e do(s) responsável(eis) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da região da sede da empresa.
- b) Será exigida, no mínimo, a seguinte composição e qualificação, de preferência com a apresentação da ficha curricular e cronograma de permanência da equipe técnica.
- c) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de apresentação da proposta, **01 (um) engenheiro civil** habilitado e devidamente registrado no CREA como responsável técnico da empresa, detentor de Certidão de Acervo Técnico pela execução de serviços de características de porte e complexidade ao objeto desta licitação e experiência na execução de serviços do objeto do edital em epígrafe conforme quantitativos iguais ou superiores.
- d) Todos os membros da equipe técnica deverão comprovar o vínculo com a empresa: Empregado cópia ficha de registro de empregado ou cópia da



Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS anotada, Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente, Responsável Técnico: Além da cópia da Certidão expedida pelo CREA da sede ou filial da licitante onde consta o registro do profissional como responsável técnico.

- e) A Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa e de seus responsáveis técnicos, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando ter a empresa executado serviço de porte e complexidade ao objeto desta licitação com quantitativos iguais ou superiores.

24. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

A licitante vencedora será a empresa que apresentar proposta em conformidade ao valor estipulado para a contratação e quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço, com base nas especificações.

Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente.

Serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

25. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser executados em favor da Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí – PI, observando rigorosamente as condições estabelecidas neste instrumento, na proposta apresentada pela contratada e na Ordem de Serviço expedida pela Administração Municipal.

O prazo para início da execução dos serviços será de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço, devendo a contratada mobilizar equipe técnica habilitada e os recursos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos dentro dos prazos estabelecidos.

A elaboração do Projeto Executivo de Engenharia deverá ocorrer em estrita observância às normas técnicas vigentes, aos manuais do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, às orientações da Caixa Econômica Federal, da Plataforma Transferegov.br, quando aplicáveis, e às demais legislações pertinentes à matéria.

A Administração Municipal designará servidor ou comissão responsável pelo acompanhamento, fiscalização e recebimento dos serviços, competindo-lhe verificar a



conformidade dos documentos produzidos, a observância das especificações técnicas e o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela contratada.

Após a conclusão dos serviços, a contratada deverá entregar toda a documentação técnica em formato digital editável e em formato PDF, devidamente assinada pelos responsáveis técnicos e acompanhada das respectivas Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica. A fiscalização realizará a análise dos documentos apresentados, emitindo o competente Termo de Recebimento quando constatada a conformidade dos produtos entregues.

Caso sejam verificadas inconsistências, falhas, omissões, incompatibilidades ou qualquer desconformidade nos estudos, levantamentos, projetos, memoriais, planilhas ou demais documentos técnicos apresentados, a contratada deverá promover as correções e adequações necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação formal da Administração, sem qualquer ônus adicional para o Município.

A documentação técnica mínima a ser entregue deverá contemplar, conforme a natureza do empreendimento e as exigências dos órgãos financiadores e de controle:

- I – Levantamento planialtimétrico cadastral georreferenciado;
- II – Relatório de levantamento de campo;
- III – Planta de localização e identificação da área de intervenção;
- IV – Projeto geométrico da estrada vicinal;
- V – Projeto de terraplenagem;
- VI – Projeto de drenagem superficial e dispositivos complementares;
- VII – Projeto de revestimento primário;
- VIII – Projeto de sinalização viária;
- IX – Memorial descritivo;
- X – Relatório fotográfico;
- XI – Especificações técnicas dos serviços;
- XII – Memória de cálculo dos quantitativos;
- XIII – Planilha orçamentária sintética e analítica;
- XIV – Composições de custos unitários;
- XV – Composição de BDI;
- XVI – Composição dos encargos sociais;
- XVII – Cronograma físico-financeiro;
- XVIII – Quadro de composição de investimento, quando exigido;
- XIX – ART ou RRT dos serviços técnicos executados;
- XX – Demais documentos técnicos eventualmente exigidos pelos órgãos concedentes, fiscalizadores ou financiadores do empreendimento.

A contratada responderá integralmente pela qualidade técnica dos serviços executados, pela veracidade das informações apresentadas e pela compatibilidade entre os projetos, memoriais, quantitativos e orçamento elaborado, assumindo inteira



responsabilidade por eventuais erros, omissões ou inconsistências que venham a ser constatados posteriormente.

Correrão por conta exclusiva da contratada todas as despesas necessárias à execução dos serviços, incluindo deslocamentos, levantamentos de campo, equipamentos, softwares, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, bem como quaisquer danos eventualmente causados a terceiros em decorrência da execução dos trabalhos.

26. CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PROJETOS

O prazo máximo para conclusão e entrega integral dos serviços objeto deste Termo de Referência será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí – PI. Durante esse período, a contratada deverá executar todas as atividades necessárias à elaboração do Projeto Executivo de Engenharia para Recuperação de Estrada Vicinal em Revestimento Primário, incluindo levantamentos de campo, estudos técnicos, elaboração dos projetos, memoriais, planilhas orçamentárias, cronogramas, composições de custos e demais documentos exigidos.

Concluídos os serviços, a contratada deverá protocolar junto à Administração Municipal toda a documentação técnica exigida, em meio digital editável e em formato PDF, devidamente assinada pelos responsáveis técnicos e acompanhada das respectivas Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica.

Após o recebimento da documentação, a equipe de fiscalização designada pela Administração terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis para realizar a análise técnica dos produtos apresentados, verificando sua compatibilidade com as exigências deste Termo de Referência, com as normas técnicas aplicáveis e com os padrões exigidos pelos órgãos financiadores e de controle, quando for o caso.

Caso sejam identificadas inconsistências, omissões, incompatibilidades ou necessidade de complementações nos documentos entregues, a contratada será formalmente notificada para proceder aos ajustes necessários, devendo promover as correções solicitadas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus adicional para a Administração Municipal.

O prazo contratual poderá ser prorrogado, em caráter excepcional, desde que devidamente justificado pela contratada e previamente autorizado pela Administração, observadas as hipóteses previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

27. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ACEITE

A acompanhamento e a fiscalização da execução dos serviços serão exercidos por servidor ou comissão formalmente designada pela Prefeitura Municipal de Lagoa do



Piauí – PI, nos termos do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, cabendo à fiscalização verificar o cumprimento das obrigações contratuais, a qualidade técnica dos serviços executados e a conformidade dos documentos produzidos.

A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela correta execução dos serviços, permanecendo esta integralmente responsável pelos estudos, levantamentos, projetos, memoriais, planilhas, quantitativos e demais documentos elaborados, inclusive perante terceiros, por eventuais erros, omissões, falhas técnicas, inconsistências ou inadequações que venham a ser constatadas posteriormente.

A Administração Municipal poderá solicitar, a qualquer tempo, esclarecimentos, complementações, revisões ou adequações nos documentos produzidos, sempre que verificar a necessidade de aperfeiçoamento técnico ou adequação às exigências legais e normativas aplicáveis ao empreendimento.

Os serviços serão recebidos provisoriamente após a entrega completa da documentação técnica exigida, para fins de análise e conferência pela fiscalização. O recebimento definitivo ocorrerá somente após a verificação da conformidade dos produtos entregues, da correção de eventuais pendências apontadas e da emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

O Projeto Executivo de Engenharia será considerado aceito quando atender integralmente às disposições deste Termo de Referência, às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, aos manuais e especificações do DNIT, às exigências dos órgãos financiadores e de controle, quando aplicáveis, e quando apresentar qualidade técnica suficiente para subsidiar futura contratação da execução da obra, sem falhas ou inconsistências que comprometam sua utilização pela Administração Pública.

A contratada permanecerá responsável pela correção de eventuais erros, omissões ou incompatibilidades identificadas durante a análise técnica ou mesmo após a aprovação dos projetos, desde que decorrentes de falhas na elaboração dos serviços contratados, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas na legislação vigente.

28. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente do Município de Lagoa do Piauí – PI:

CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ESTRADAS E VISINAIS
26.782.0360.1030.0000

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E RODOVIAS
26.782.0360.2062.0000

OBRAS E INSTALAÇÕES 4.4.90.51.00



FONTES 700 701 706 500

A ação programática e o elemento de despesas serão especificados na Nota de Empenho do contrato a ser celebrado entre a Prefeitura Municipal de Lagoa do Piauí-PI e a contratada para elaboração do projeto.

29. DO PAGAMENTO

Após a análise e aprovação do projeto pela Caixa Econômica Federal/órgão Gestor do convênio, a Prefeitura Municipal irá solicitar a liberação dos recursos financeiros da conta do convênio, apresentando a seguinte documentação: 1) Ofício de solicitação de movimentação de recursos; 2) Boletim de medição, atestado pela fiscalização da Prefeitura; 3) Relatório Resumo do Empreendimento (RRE) – relatório que consolida todos os custos de Medição objeto da solicitação, e as informações acumuladas, demonstrando a situação do Convênio.

Além disso, a contratada deverá apresentar os documentos de liquidação, nota fiscal e recibo, para apresentação da prestação de contas do convênio. Após a análise da documentação a Caixa Econômica irá liberar a parcela do convênio para pagamento do Projeto, através de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV) realizada dentro da Plataforma Transferegov.br, transferência bancária do recurso a ser pago ao contratado, observando os preceitos dispostos os Art. 75, 76, 77 e 78 da Portaria Conjunta MGI/MF/CGU Nº 33, de 30 de agosto de 2023.

30. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Nos termos dos Arts. 155 ao 163 da Lei nº 14.133/2021, os licitantes e contratados poderão sofrer infrações e sanções administrativas, conforme abaixo transcrito.

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

*§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.*

*§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.*

*§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.*

*§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações*



*administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.*

*§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:*

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

*§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.*

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

*§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.*

*Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do **caput** do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.*

*Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.*

*§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o **caput** deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.*



§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

*I - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;*

II - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de



diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - Pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

31. ESTIMATIVA DE CUSTOS

O valor total da contratação está estimado conforme planilha de preços, anexo, estando os valores de acordo com o praticado no mercado e Tabelas de referências de R\$ 5.970,00 (CINCO MIL, NOVECENTOS E SETENTA REAIS.).

Na apresentação da proposta de preço para Elaboração do Projeto, é obrigatória a apresentação da Planilha orçamentária, Composições de custo unitário, Composição de BDI, Composição dos Encargos Sociais e Cronograma físico-financeiro.

32. OBSERVAÇÕES GERAIS

Início de propostas dia **02/06/2026 às 08:00 horas** tendo o término no dia **08/06/2026 às 07:59 horas.**

33.1.O não cumprimento de qualquer condição prevista neste termo e nas legislações vigentes farão com que fornecedor esteja sujeito as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e em outras legislações aplicáveis, sem prejuízo



Avenida José Soares da Silva, 1488, Centro • CEP: 64.388-000
Email: prefeitura.lagoadopai@gmail.com • Site: www.lagoadopiaui.gov.br
CNPJ: 01.612.583/0001-74



da eventual anulação da nota de empenho de despesa.

